



**ESTUDOS COMPLEMENTARES SOBRE PETIÇÃO INICIAL E DESPACHO  
LIMINAR DE CONTEÚDO POSITIVO E NEGATIVO**

**Caso 1**

João celebrou contrato com a empresa JJ Móveis Planejados Ltda, no qual esta se compromete a executar o projeto de mobília da cozinha do contratante no prazo de 60 dias. João realizou o pagamento em três parcelas, a primeira à vista, a segunda em trinta dias e a terceira com a entrega do bem. O valor do armário devidamente instalado era de R\$ 3.000,00 (três mil reais). Ultrapassados setenta dias desde a contratação, não havia sido cumprido o objeto do contrato, embora todos os cheques tivessem sido devidamente descontados. João, cansado de aguardar a execução dos serviços, procura um advogado para ingressar com uma ação de obrigação de fazer em face da contratada a ser distribuída a uma das Varas Cíveis da Comarca da Capital. Pergunta-se (resposta devidamente fundamentada):

- a) Na qualidade de advogado do autor da ação, quais documentos anexaria à petição inicial?
- b) A petição inicial deixou de indicar o valor da causa. Qual o prazo para o autor emendar a inicial?
- c) Qual o recurso cabível contra o despacho liminar que indefere a petição inicial por inépcia?
- d) O que se entende por causa petendi?
- e) A assinatura pela parte autora é um requisito da petição inicial?

**Caso 2**

Mévio ingressa em Juízo com Ação de Indenização em face de uma empresa de telefonia celular alegando que seu nome foi inserido no sistema de órgão de proteção ao crédito sem que a empresa tenha observado o dever de notificá-lo previamente. O autor alega que essa atitude é uma prática reiterada das empresas de telefonia e anexa à sua petição inicial decisões paradigmáticas prolatadas em demandas propostas com a mesma causa de pedir e pedido. Requer o julgamento da ação com base no artigo 285-A do CPC. Você, como juiz, proferiria sentença liminar de procedência do pedido? Fundamente

**Caso 3**

Antônio ajuizou ação em face de SS Previdência Privada, pleiteando o recebimento das diferenças no importe de 34,58% de decorrentes de erro na fixação do valor que deveria receber a título de aposentadoria por tempo de serviço. Antônio procurou por um contador particular que apurou que o valor que deve ser corrigido é de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, e que o valor acumulado nos últimos cinco anos, devidamente corrigidos, chega a R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Ao propor a Ação de Complementação de Aposentadoria, o advogado de Antônio fixou o valor da causa em R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais). Pergunta-se:

- a) O valor dado à causa foi correto?
- b) O que você entende por fixação em valor de alçada?
- c) Quais seriam as consequências se a petição deixasse de informar o valor dado à causa?



d) Caso o réu discorde do valor atribuído à causa poderá impugnar de alguma maneira? Explique fundamentadamente.

#### **Questão 4**

MP/RJ (XXV concurso – específica)

Conceitue pedido implícito, identificando as hipóteses admitidas pelo ordenamento jurídico brasileiro.

#### **Questão 5**

O autor cumula no mesmo processo ação de ressarcimento de danos materiais contra a União e o Estado do Rio Grande do Sul. A demanda é ajuizada no Justiça Federal, circunscrição do Rio Grande do Sul. Neste contexto, o Juiz

- (A) determina o processamento de ambas as ações cumuladas.
- (B) indefere a inicial por não ser admissível a cumulação.
- (C) determina tome o autor as providências necessárias para sanear o processo.
- (D) determina o prosseguimento apenas da ação contra a União.
- (E) extingue o processo por não estarem presentes os pressupostos processuais.

#### **Questão 6**

Assinale a alternativa incorreta:

- a) A petição inicial deve indicar o juiz ou tribunal a que é dirigida.
- b) A petição inicial deve indicar o fato e os fundamentos jurídicos do pedido.
- c) Nas ações declaratórias, deve constar na petição inicial o respectivo pedido de condenação.
- d) Na petição inicial, é indispensável o requerimento de citação do réu.
- e) A petição inicial poderá conter pedidos alternativos.

#### **Questão 7**

Assinale a alternativa correta.

- a) É possível o aditamento do pedido, antes da citação do réu, sem custas para o autor.
- b) É possível a alteração do pedido após o saneamento do processo, com o consentimento do réu.
- c) Os pedidos poderão ser cumulados, num único processo, contra o mesmo réu, desde que entre eles haja conexão.
- d) É admissível a cumulação de pedidos incompatíveis entre si.
- e) É possível a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, ainda que de procedimentos diversos, se o autor empregar o rito ordinário.

#### **Questão 8**

Assinale a alternativa correta.



- a) O pedido poderá ser genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato a ser praticado pelo autor.
- b) O pedido será subsidiário quando feito cumulativamente com um principal e que só poderá ser concedido se este o for.
- c) O pedido será sucessivo quando o autor formula um primeiro, pedindo que o juiz conheça de um segundo, se não puder acolher o anterior.
- d) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- e) O pedido deverá ser expresso quando a obrigação consistir em prestações periódicas.

#### Questão 9

É correto afirmar:

- a) Verificando o juiz que a petição inicial não preenche os requisitos legais, ou que apresenta defeitos e irregularidades que possam dificultar o julgamento de mérito, deverá o juiz indeferir-a de imediato.
- b) Sendo a matéria controvertida unicamente de direito, se no juízo já houver sido proferida sentença de total procedência em casos idênticos, poderá ser dispensada a citação e proferida sentença que reproduza o teor da anteriormente prolatada.
- c) Ordenada a citação do réu, para responder ao pedido inicial, do mandado constará que, não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pelo réu, como verdadeiros, os fatos e o direito alegados pelo autor.
- d) O pedido deve ser sempre certo ou determinado.
- e) Consistindo a obrigação em prestações periódicas, considerar-se-ão elas incluídas no pedido, independentemente de declaração expressa do autor.

#### Questão 10

Sobre a petição inicial, é **CORRETO** afirmar:

- I. Quando a petição inicial não vier acompanhada dos documentos indispensáveis à propositura da ação de plano, o juiz a indeferirá.
- II. Indeferida a petição inicial, o autor poderá apelar, sendo vedada ao juiz a reforma da sua decisão.
- III. Quando a obrigação consistir em prestações periódicas, elas serão consideradas incluídas no pedido se houver declaração expressa do autor.
- IV. O juiz, ao pronunciar de ofício a prescrição, indeferirá a petição inicial.

- a) Apenas a assertiva II está correta.
- b) Apenas a assertiva III está correta.
- c) Apenas a assertiva IV está correta.
- d) Apenas a assertiva I está correta.

#### Questão 11

No exame da petição inicial de ação subordinada ao procedimento ordinário, o juiz não verifica defeito determinante da sua inépcia e determina a citação do réu. Este, na contestação, alega a inépcia da inicial. O juiz, verificando que, realmente, a petição inicial é inepta, deve:

- a) declarar a inépcia da inicial e julgar o processo extinto sem resolução do mérito, de acordo com o artigo 295, inciso I, combinado com o artigo 267, inciso I, do CPC;
- b) chamar o processo à ordem, anular a citação do réu e assinar prazo de dez dias ao autor, para emendar ou completar a petição inicial, pena de indeferimento, nos



termos do artigo 284 do CPC, ordenando nova citação do réu, caso feita a emenda da inicial pelo autor;

- c) assinar ao autor, em observância aos princípios da economia, da efetividade e da instrumentalidade do processo, o prazo de dez dias para emendar ou completar a petição inicial, pena de indeferimento, nos termos do artigo 284 do CPC, dando, a seguir, vista ao réu, caso feita a emenda da inicial pelo autor;
- d) nenhuma das alternativas anteriores é correta.

### Questão 12

A petição inicial

- a) deverá conter pedido certo e determinado, não comportando pedido alternativo, ainda que, pela natureza da obrigação, o devedor puder cumprir a prestação de mais de um modo.
- b) não poderá ser indeferida liminarmente, mas somente após a citação do réu, se este tiver formulado pedido nesse sentido.
- c) só poderá ser indeferida liminarmente se o juiz verificar, desde logo, a decadência ou prescrição.
- d) poderá ser aditada pelo autor após a citação, mesmo sem expressa autorização do réu nesse sentido.
- e) poderá ser indeferida liminarmente, hipótese em que o autor poderá apelar, facultado ao juiz, no prazo de 48 horas, reformar a sua decisão.

### Questão 13

NÃO é inepta a petição inicial quando

- a) lhe faltar pedido ou causa de pedir.
- b) a parte for manifestamente ilegítima.
- c) da narração dos fatos não decorrer logicamente a conclusão.
- d) o pedido for juridicamente impossível.
- e) contiver pedidos incompatíveis entre si.

### Questão 14

Assinale  a alternativa correta:

I. A nulidade de cláusula de eleição do foro, mesmo em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz, por tratar-se de competência em razão do território e portanto relativa. A única exceção, em tema de competência relativa, a permitir a manifestação do juiz sem provocação da parte é a hipótese de ações fundadas em direito real sobre imóveis, em que a competência será sempre do foro da situação da coisa.

II. O indeferimento liminar da petição inicial por inadequação de procedimento sem que se dê oportunidade ao autor para emenda da inicial caracteriza cerceamento de jurisdição. Apenas se sanável o vício ou irregularidade é que o juiz deve dar oportunidade ao autor para emendar a inicial. O juiz deve intimá-lo para que emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias e apenas depois dessa providência, no silêncio do autor, é que o juiz indefere a inicial.

III. Os fundamentos de fato compõem a causa de pedir remota: é o que mediataamente autoriza o pedido; é o direito, o título; os fundamentos jurídicos compõem a causa de pedir próxima: é o inadimplemento, a ameaça ou a violação do direito.

IV. O rótulo que se dá à causa é irrelevante perante a ciência processual. Não tem importância a indicação do nomen juris uma vez que a qualificação jurídica que emana da



argumentação encetada pelo autor não tem o condão de pré-fixar a atuação judicial quanto ao direito aplicável.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição II está correta.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.
- e) Somente as proposições I e III estão corretas.

**Questão 15**

Considerando a hipótese de ser distribuída petição inicial, cuja matéria controvertida for unicamente de direito e já houver sido proferidas sentenças de total improcedência do pedido em outras ações idênticas, assinale a afirmativa INCORRETA.

- a) A citação do réu poderá ser dispensada.
- b) Poderá ser proferida imediata sentença, reproduzindo-se o teor das decisões anteriores.
- c) Ao receber o recurso do autor contra a sentença, o juiz poderá decidir não manter a decisão e determinar o prosseguimento da ação, com a citação do réu.
- d) O autor deverá ser intimado para manifestar seu interesse no prosseguimento da ação.

**Questão 16**

Considerando-se o que prevê o Código de Processo Civil, assinale a afirmativa CORRETA.

- a) O procedimento comum é aplicado a todas as causas.
- b) Até a sentença, poderá o autor aditar o pedido inicial, correndo, por sua conta, as custas decorrentes dessa iniciativa.
- c) A petição inicial será indeferida quando for inepta.
- d) A prescrição e a decadência não podem ser pronunciadas de ofício.

**Questão 17**

Considere as seguintes proposições:

I. O Código de Processo Civil, ao incluir no inciso III do artigo 282 a necessidade de constar na petição "o fato e os fundamentos jurídicos do pedido" adotou a teoria da substanciação.

II. A petição inicial possui funções preparatória e definitiva, pois dá início ao processo e, como regra, o objeto litigioso e os sujeitos não sofrem mutações.

III. Não há distinção entre tutela cautelar e tutela antecipada.

IV. Na hipótese do prazo não estar previsto em lei ou de o juiz não o assinar, a parte deverá praticar o ato no prazo de cinco dias.

- a) somente as proposições I e III estão corretas
- b) somente a proposição IV está correta
- c) somente as proposições I, II e IV estão corretas
- d) todas as proposições estão corretas
- e) nenhuma proposição está correta



**Questão 18**

Assinale a alternativa incorreta:

- a) É lícito ao autor cumular vários pedidos no mesmo processo, observando-se, porém, a compatibilidade lógica entre os mesmos, sob pena de indeferimento da petição inicial por inépcia.
- b) A pretensão inicial pode versar exclusivamente sobre a declaração da existência ou inexistência de uma relação jurídica entre as partes, sem consequências patrimoniais diretas.
- c) A ação anulatória pode abranger toda a relação jurídica ou apenas parte dela, e tem sempre natureza constitutiva negativa
- d) Tendo o autor a necessidade de formular pretensões dirigidas ao réu que sejam incompatíveis entre si, deve valer-se do pedido alternativo, possibilitando ao juiz que, no indeferimento do pedido principal, julgue a pretensão secundaria.
- e) Em regra o pedido deve ser certo e determinado. Em algumas hipóteses, porém, o pedido pode ser genérico, como, por exemplo, quando não for possível determinar, de modo definitivo, as consequências do ato ou do fato ilícito.

**Questão 19**

Segundo o Código de Processo Civil, no procedimento comum, são requisitos da petição inicial, **EXCETO**

- a) valor da causa e juízo ou tribunal a que é dirigida e pedido.
- b) requerimento de citação, fato e fundamentos jurídicos do pedido e provas que se pretende produzir.
- c) nomes, prenomes, estado civil, profissão e domicílio das partes.
- d) rol de testemunhas, quesitos e assistente técnico.

**Questão 20**

A respeito do pedido, como requisito da petição inicial da ação ordinária, considere:  
I. É vedada a cumulação, num único processo, contra o mesmo réu, de vários pedidos, se entre eles não houver conexão.

II. Os pedidos são interpretados restritivamente, compreendendo- se, no entanto, no principal os juros legais.

III. Não é lícito ao autor formular pedido genérico quando a determinação do valor da condenação depender de ato que deva ser praticado pelo réu.

IV. O pedido deve ser único, não sendo lícito ao autor formular mais de um pedido em ordem sucessiva, a fim de que o juiz conheça do posterior, em não podendo acolher o anterior.

Está correto o que consta SOMENTE em

- a) I e II.
- b) I, II e IV.
- c) III e IV.
- d) I e III.